



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



# RELATÓRIO

DE ATIVIDADES

3º Trimestre - 2011



**Tribunal de Contas do Estado**

***Tribunal de Contas do Estado***

***Relatório Trimestral de Atividades***

***3º Trimestre - 2011***

***João Pessoa - Paraíba***



## Tribunal de Contas do Estado

---

### CONSELHEIROS

#### **Presidente**

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão

#### **Vice-Presidente**

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

#### **Conselheiro-Corregedor**

Conselheiro Umberto Silveira Porto

#### **Presidente da 1ª Câmara**

Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima

#### **Presidente da 2ª Câmara**

Conselheiro Arnóbio Alves Viana

#### **Conselheiro-Ouvidor**

Conselheiro Flávio Sátiro Fernandes

#### **Coordenador da ECOSIL**

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho

---

### MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

#### **Procurador-Geral**

Marcílio Toscano Franca Filho

#### **Subprocuradora-Geral (1ª Câmara)**

Isabella Barbosa Marinho Falcão

#### **Subprocuradora-Geral (2ª Câmara)**

Sheyla Barreto Braga de Queiroz

#### **Procuradores**

André Carlo Torres Pontes

Elvira Samara Pereira de Oliveira



## **Tribunal de Contas do Estado**

Rua Professor Geraldo von Söhsten, 147 – Jaguaribe

CEP: 58.015-190 – João Pessoa (PB)

*Internet: <http://www.tce.pb.gov.br>*

---

### **AUDITORES**

---

**Auditor** Antônio Cláudio Silva Santos

**Auditor** Antônio Gomes Vieira Filho

**Auditor** Renato Sérgio Santiago Melo

**Auditor** Oscar Mamede Santiago Melo

**Auditor** Marcos Antônio da Costa

---



## Tribunal de Contas do Estado

Rua Professor Geraldo von Söhsten, 147 – Jaguaribe

CEP: 58.015-190 – João Pessoa (PB)

*Internet: <http://www.tce.pb.gov.br>*

---

### ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

---

Diretoria Executiva Geral (Direg)	<a href="mailto:direg@tce.pb.gov.br">direg@tce.pb.gov.br</a>	(0xx83) 3208-3394/3334
Diretoria de Auditoria e Fiscalização (Diafi)	<a href="mailto:diafi@tce.pb.gov.br">diafi@tce.pb.gov.br</a>	(0xx83) 3208-3364
Diretoria de Apoio Interno (Diapi)	<a href="mailto:diapi@tce.pb.gov.br">diapi@tce.pb.gov.br</a>	(0xx83) 3208.3440/3320
Gabinete da Presidência (Gapre)	<a href="mailto:gapre@tce.pb.gov.br">gapre@tce.pb.gov.br</a>	(0xx83) 3208.3321/3419
Assessoria de Comunicação (Ascom)	<a href="mailto:ascom@tce.pb.gov.br">ascom@tce.pb.gov.br</a>	(0xx83) 3208-3416/3335

---

### EQUIPE DE ELABORAÇÃO

---

Ana Cristina Moreira da Cunha Melo

Emanuelle Christianne Araújo Dias Sousa

Fernando Antonio da Silva Júnior

Paulo Emmanuel Moraes Rodrigues

---



## **Apresentação**

O presente Relatório contém as principais realizações do Tribunal de Contas do Estado ao longo do terceiro trimestre do exercício de 2011. Seu encaminhamento à Augusta Assembleia Legislativa da Paraíba, em cumprimento à exigência constitucional, serve ao exame de um dos mais legítimos dos Poderes, posto que constituído por representantes da sociedade escolhidos pelo voto plural e democrático dos paraibanos.

Lembramos que a consecução dos nossos propósitos e metas passa pela observância dos princípios que orientam a efetiva missão de um Tribunal desejoso de que a sociedade torne-se – esclarecida e exigente – um fator essencial de aprimoramento das gestões públicas em favor do bem coletivo.

A busca ininterrupta da qualificação e do conhecimento, aqui demonstrada na realização de seminários, encontros técnicos, valorização e capacitação dos nossos quadros, atende ao propósito de fazer da Corte de Contas da Paraíba um organismo de fiscalização e controle externo devidamente preparado para enfrentar os grandes e crescentes desafios desses novos tempos.

Tamanha preocupação já nos confere a condição de um dos mais ágeis e modernos Tribunais de Contas do País, conforme referências que nos têm sido feitas por instituições congêneres nos sucessivos congressos de presidentes dos TCs brasileiros. Servimos de modelo para um bom número deles, como bem o demonstra a procura por realizações nossas, a exemplo do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres).

No presente Relatório, expomos o volume dos nossos julgados nos meses de julho, agosto e setembro de 2011. Assim, também, o montante das fiscalizações, ações e eventos relevantes que incluem, no citado período, o Seminário de Contratação no Serviço Público, o Seminário Sobre Saúde Pública no Brasil, o Encontro Técnico dos TCs Sobre Processo Eletrônico e Contas de Governo, ou o Sistema de Georreferenciamento de Obras Públicas.

Pretendemos, com tudo isso, atender ao princípio básico da nossa missão. Ou seja, desejamos corresponder às demandas da sociedade, acompanhando, orientando e fiscalizando a gestão dos recursos públicos, com absoluta fidelidade aos preceitos constitucionais.

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão  
**Presidente**



## Sumário

Resumo .....	9
1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO .....	10
1.1 Competência e Jurisdição.....	10
1.2 Estrutura .....	11
2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....	12
2.1 Resultados do Controle Externo .....	13
2.1.1 Processos Instaurados.....	14
2.1.2 Processos de Controle Externo Julgados e Apreciados Conclusivamente.....	15
2.1.3 Recursos Julgados .....	20
2.1.4 Julgamento / Apreciação de Contas .....	23
2.1.5 Corregedoria.....	26
2.1.6 Consultas .....	27
2.1.7 Denúncias .....	28
2.1.8 Bloqueio de Prefeituras e Câmaras .....	29
2.1.9 Fiscalizações.....	30
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	33
3.1 Gestão à Vista .....	33
3.2 Ações e Eventos Relevantes .....	35
3.2.1 Seminário Contratações no Serviço Público.....	35



3.2.2	Seminário Sobre Saúde Pública no Brasil.....	36
3.2.3	I Encontro Técnico dos TCs Sobre Processo Eletrônico e Contas do Governo .....	37
3.3.	Sistema de Geo-referenciamento de Obras.....	38
3.3.1	Capacitação e Especialização de Educação Municipal .....	38
3.3.2	Outros eventos.....	39
3.3.3	Ouvidoria.....	40
3.4	Divulgação Institucional .....	41
3.4.1	Transparência .....	41
4.	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....	43
4.1.	Movimentação de Recursos .....	44
4.2	Estagiários .....	45
4.3	Gestão Eletrônica de Documentos – GED.....	46
4.4	ECOSIL – Escola de Contas Otacílio Silveira.....	46
4.5	Serviços na Área de Saúde.....	47
4.5.1	Setor Médico .....	47
4.5.2.	Gabinete Odontológico.....	49
5.	Valorização e Capacitação do Servidor.....	50
5.1	Curso de Gerenciamento de Projetos .....	50
5.2	II Encontro Nacional dos Corais dos Tribunais de Contas .....	51
5.3	III Encontro Esportivo dos Tribunais de Contas do Nordeste do Brasil .....	51



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA  
IDENTIDADE INSTITUCIONAL**

**MISSÃO**

**Corresponder às demandas da sociedade, exercendo o acompanhamento, a orientação, o controle e a fiscalização da gestão dos recursos públicos, com fidelidade aos princípios constitucionais.**

**VISÃO**

**Ser uma instituição reconhecida como referencial de excelência dentre as organizações de controle e fiscalização da gestão de recursos públicos.**

**VALORES**

**Compromisso Social  
Equidade  
Ética  
Qualidade  
Transparência  
Responsabilidade Fiscal  
Orientação aos Jurisdicionados**



## RESUMO

As principais realizações do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba referentes ao terceiro trimestre de 2011 estão apresentadas a seguir:

**F**oram protocolizados no Tribunal **3.898** processos. Deste total, **1.890** referem-se a Balancetes Mensais, **1.301** a Atos de Pessoal, **73** a Inspeções Especial, **408** a Licitações e Contratos, **41** a Denúncias e **185** a Outras Naturezas.

**F**oram apreciados/julgados **2.660** processos. Deste total, **234** referem-se a Prestações de Contas Anuais das Administrações Estadual e Municipal, **421** a Licitações, Contratos e Convênios, **1.749** a Atos de Pessoal, **17** a Adiantamentos e Consultas, **31** a Inspeções e **208** a Outras Naturezas.

**P**areceres prévios foram emitidos em total de **75**, sendo **61** favoráveis, **14** contrários.

**A**s Consultas respondidas somam **20, 15** das quais pela Presidência e **5** pelo Tribunal Pleno.

**O**TCE julgou **33** denúncias das recebidas e formalizou **05** representações.

**A**remessa tardia de balancetes mensais resultou no bloqueio das contas bancárias de **04** Prefeituras Municipais.

**O**TCE promoveu, no trimestre, **135** inspeções *in loco* em órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios.



## 1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Instalado em 1º de março de 1971, o Tribunal de Contas do Estado – TCE-PB - teve seu processo de criação iniciado em 17 de agosto de 1970 e concretizado - com a sanção da Lei nº 3.627 - em 31 de agosto daquele mesmo ano.

Funcionando na rua Professor Geraldo von Sohsten, 147, em Jaguaribe,

o quadro de pessoal do Tribunal de Contas compõe-se de **438** servidores, aí incluídos conselheiros, procuradores, auditores, auditores de contas públicas, auxiliares de auditoria de contas públicas, assessores jurídicos e pessoal administrativo, inclusive comissionados.

### 1.1 Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado tem jurisdição em todos os órgãos e entidades das Administrações Direta, Indireta e Fundacional, do Estado e dos Municípios - exercendo o que lhe compete, segundo o Art.71 da Constituição Estadual, como acompanhar a gestão, fiscalizar e analisar os processos de prestações de contas, atos de admissão de pessoal, aposentadorias e pensões, licitações, contratos e convênios de, pelo

menos, **29** órgãos da administração estadual, sendo **22** secretarias; e mais **14** autarquias, **08** fundações; **12** sociedades de economia mista; **03** empresas públicas; **20** fundos; **06** órgãos em regime especial; **223** prefeituras municipais; **223** câmaras municipais; **41** órgãos e entidades entre secretarias e outros da administração direta e indireta do município de João Pessoa; **26** órgãos e entidades entre secretarias e outros da administração



direta e indireta do município de Campina Grande, para citar, apenas, os dois maiores.

Todos os esforços do Tribunal, mais recentemente, visam a dar cumprimento aos elevados encargos que lhes são reservados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, inaugurando

## 1.2 Estrutura

O Tribunal de Contas do Estado é integrado por sete Conselheiros, sendo três deles escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, dois - alternadamente - dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pela Corte, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, e quatro pela Assembleia Legislativa.

Os auditores, em número de sete, são nomeados pelo Governador do Estado dentre bacharéis em Direito, Economia, Contabilidade ou Administração, após aprovação em concurso público de provas

uma nova era na fiscalização e no controle externo - deveres/direito que a Constituição Federal lhe outorga, modificando o momento e a oportunidade do controle, permitindo a tomada de posição e a correção de rumos, aspectos centrais do ideário da LRF.

e títulos realizado pelo Tribunal de Contas.

O Ministério Público junto ao TCE é composto por sete Procuradores que integram a carreira na forma estabelecida em lei, observado o disposto nos Arts. 130 e 135 da Constituição Federal, e tem como Chefes um Procurador-Geral e dois Subprocuradores.

O TCE é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Tribunal Pleno e pelas 1ª e 2ª Câmaras. O Tribunal Pleno é integrado por todos os conselheiros e presidido pelo Presidente do Tribunal. As Câmaras são compostas



por três conselheiros. Os auditores participam dos colegiados e substituem os conselheiros em suas ausências e impedimentos legais, ou no caso de vacância de cargo, podendo ser, ainda, convocados, para completar quórum no Tribunal Pleno ou nas Câmaras, por seus respectivos Presidentes.

Para a execução dos seus serviços técnicos e administrativos, o Tribunal dispõe de órgãos que compõem sua estrutura organizacional e de **438** servidores integrantes do seu quadro de pessoal.

À Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira, instituída no âmbito do Tribunal, cabe a promoção do aperfeiçoamento técnico e intelectual dos servidores do próprio TCE/PB e de

servidores dos poderes, órgãos e entidades dele jurisdicionados.

O Conselheiro-Corregedor, com o auxílio da Corregedoria, exerce suas funções conforme as competências estabelecidas nos Arts. 38 e 39 do Regimento Interno do Tribunal, alteradas pela Resolução Normativa RN-TC-01/2011.

A Ouvidoria assegura a celeridade no atendimento das sugestões e críticas, tratamento das informações e apuração das reclamações recebidas, das diversas maneiras, pela Corte de Contas.

A legislação e as Normas pertinentes podem ser encontradas no Portal do TCE: <http://www.tce.pb.gov.br>.

## **2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO**

Com relação às atividades típicas do controle externo, o Tribunal de Contas

registra, nesta seção, a continuidade de obtenção de números expressivos da



atuação que se propôs exercer no terceiro trimestre de 2011, com observância à competência a si constitucionalmente conferida, e norteado, sobretudo, pela missão de garantir à sociedade a melhor aplicação dos recursos públicos, sem

descuidar de seu papel social de orientar os gestores para que cada ato de gestão pública seja coerente com os princípios que concorrem para o alcance do bem comum.

## **2.1 Resultados do Controle Externo**

A atuação do TCE abarca diversos campos de controle, que vão da determinação do bloqueio da movimentação das contas bancárias dos Municípios com atraso na remessa dos seus balancetes mensais ao acompanhamento e fiscalização do cumprimento - por parte dos órgãos e entidades do Estado e dos Municípios - das normas e determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, passando pela apreciação e julgamento, conforme o caso, dos processos relativos às prestações

de contas anuais: do Governador do Estado; do Presidente do Tribunal de Justiça; da Mesa da Assembleia Legislativa; do Procurador-Geral de Justiça; do Presidente do Tribunal de Contas do Estado; dos Prefeitos Municipais; das Mesas ou de Presidentes de Câmaras; dos dirigentes das Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Autarquias, Fundações, Fundos e Órgãos de Regime Especial das Administrações Estadual e Municipais, para citar apenas alguns.



### 2.1.1 Processos Instaurados

A organização dos processos tem início na Divisão de Expediente e Comunicação (DECOM) com a sua instauração, mediante protocolização e

autuação. De julho a setembro, foram instaurados **3.898** processos de diversas origens e naturezas, conforme discriminados no quadro a seguir:

**Tabela: 1 Processos Instaurados por Natureza**

Natureza do Processo	Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho a Setembro
Prestação de Contas Anuais	218	482	0
Balancete Mensal	1.934	1.902	1890
Acompanhamento de Gestão/Tomada de Contas	1	0	7
Decorrente de Decisão Plenária	11	18	4
Verificação de Cumprimento de Acórdão	8	2	28
Inspeções Especiais	26	12	73
Parcelamento de Débito	4	2	2
Atos de Administração de Pessoal	635	2377	1301
Licitações e Contratos	271	335	408
Consultas	2	5	3
Denúncias/Representação	39	33	41
Outros	147	144	141
<b>TOTAL</b>	<b>3.296</b>	<b>5.312</b>	<b>3898</b>

Fonte: Sistema Tramita



A Divisão de Expediente e Comunicação – DECOM, instaurou no trimestre 3.898 processos de diversas naturezas. Destaca-se ainda a quantidade de inspeções realizadas que supera em seis vezes o número de diligências do trimestre anterior.

O Sistema de Tramitação de Processos e Documentos desta Corte registrou no trimestre uma demanda de **6.920** documentos formalizados pela

Divisão de Expediente e Comunicação, decorrentes de diversas solicitações dos jurisdicionados e órgãos das esferas municipal, estadual e federal, entre outras entidades. De acordo com o registro, se observa que a demanda por informações recebida no TCE, originadas dos demais órgãos e da sociedade tem crescido progressivamente, exigindo da Corte maior celeridade e efetividade no atendimento a todas solicitações.

### **2.1.2 Processos de Controle Externo Julgados e Apreciados Conclusivamente**

As Cortes de Contas Brasileiras, instrumentos essenciais à democracia, possuem nos termos da Carta Magna Federal a atribuição de julgar a exatidão das contas de todo aquele que guarde, administre ou aplique bens e/ou dinheiros públicos.

Neste contexto, os resultados institucionais equivalem ao número de

processos instaurados apreciados e/ou julgados.

As matérias que devem ser apreciadas ou julgadas pelo Tribunal são organizadas sob a forma de processos que, uma vez instruídos nos diversos departamentos que compõem a Diretoria de Auditoria e Fiscalização, são distribuídos aos conselheiros e auditores,



aos quais cabe, na qualidade de relatores, presidirem sua instrução e levá-los a julgamento no Tribunal Pleno ou em qualquer das duas Câmaras.

Os quadros e gráficos a seguir apresentados demonstram a posição dos

principais processos julgados pelo Tribunal de Contas no terceiro trimestre de 2011, segundo sua origem e natureza. Vemos que, no trimestre, o TCE apreciou/julgou **2.660** processos, conforme apresentado na Tabela 2.

**Tabela: 2**      **Quantidade de Processos Julgados por Natureza**

<b>Natureza do Processo</b>	<b>Jan a Mar</b>	<b>Abr a Jun</b>	<b>Jul a Set</b>	<b>Total</b>
Prestação de Contas Anuais	<b>161</b>	<b>251</b>	<b>234</b>	<b>646</b>
Atos de Administração de Pessoal	<b>733</b>	<b>1.065</b>	<b>1749</b>	<b>3547</b>
Acomp. da Gestão Fiscal	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Consultas	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>16</b>
Licitações, Contratos e Convênios	<b>361</b>	<b>353</b>	<b>421</b>	<b>1135</b>
Adiantamentos	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>27</b>
Inspeções	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>31</b>	<b>50</b>
Outros	<b>146</b>	<b>184</b>	<b>208</b>	<b>538</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.407</b>	<b>1.892</b>	<b>2.660</b>	<b>5.959</b>

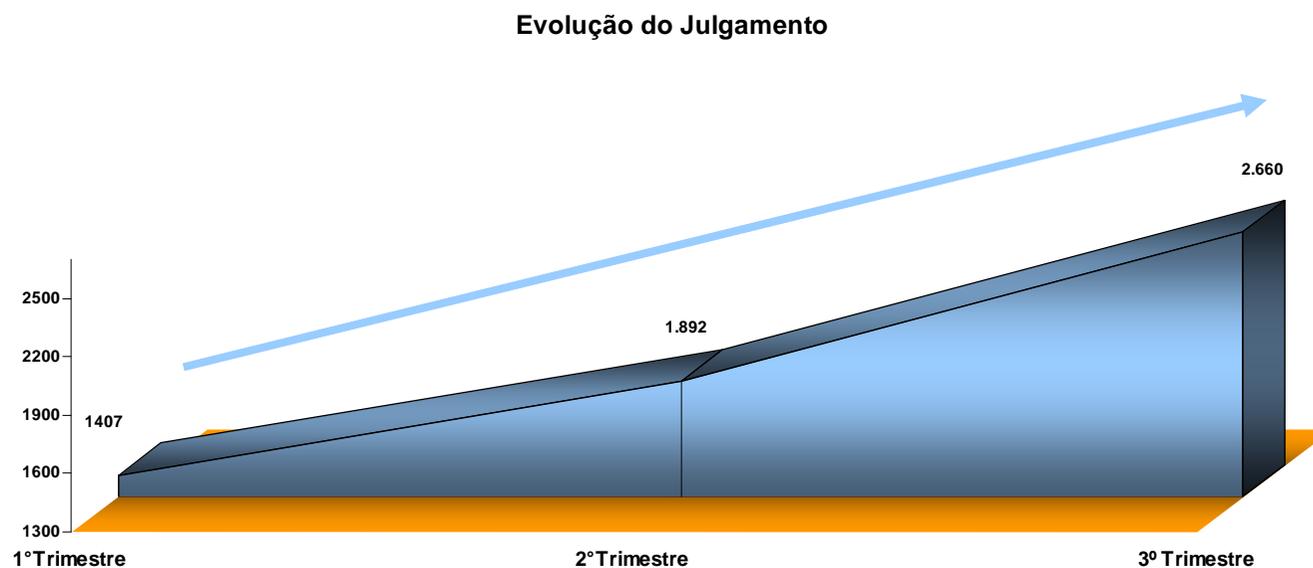
Fonte: Sistema Tramita



No gráfico 1, abaixo apresentado, visualiza-se a evolução do julgamento dos processos durante os três trimestres do ano, refletindo o cumprimento das metas estabelecidas pela Alta Direção da Corte,

especialmente, do Departamento de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária – DEAPG, que, durante os três trimestres, analisou **3.543** processos.

**Gráfico: 1**



Fonte: Sistema Tramita

Relatório de Atividades – 3º Trimestre de 2011



**Tabela: 3 Número de Processos Julgados por Origem e Natureza**

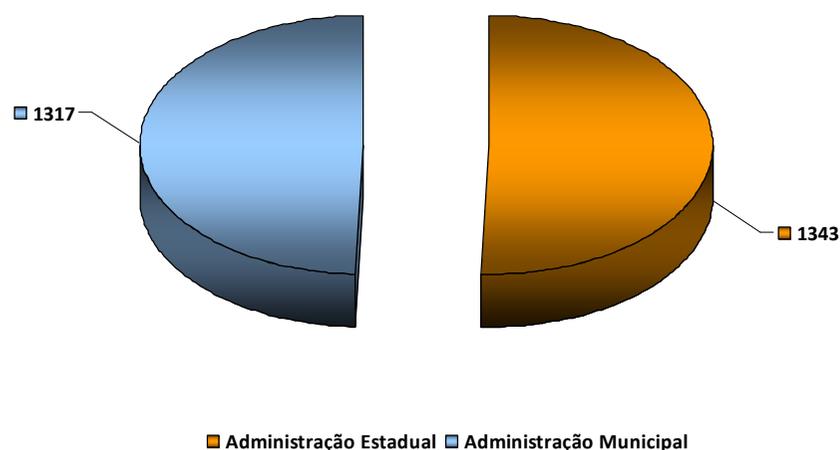
PERÍODO	JUL	AGO	SET	3º TRIMESTRE
<b>ORIGEM E A NATUREZA</b>				
<b>A . ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL</b>	<b>489</b>	<b>402</b>	<b>452</b>	<b>1343</b>
<b>1. CONTAS ANUAIS</b>	12	25	11	48
1.1. Administração Direta	1	0	2	3
1.2. Administração Indireta	8	18	6	32
1.3. Secretarias Estaduais	3	7	3	13
1.4. Parecer de Gestão Fiscal	0	0	0	0
<b>2. Licitações, Contratos e Convênios</b>	40	41	49	130
<b>3. Atos de Administração de Pessoal</b>	411	313	370	1094
<b>4. Adiantamentos</b>	8	2	1	11
<b>5. Consultas</b>	1	0	0	1
<b>6. Outros</b>	17	21	21	59
<b>B. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>	<b>402</b>	<b>428</b>	<b>487</b>	<b>1317</b>
<b>1. Contas Anuais</b>	54	70	62	186
1.1. Prefeitura Municipal	17	31	27	75
1.2. Câmara Municipal	26	32	21	79
1.3. PGF - Poder Executivo	0	0	0	0
1.4. PGF - Poder Legislativo	0	0	0	0
1.5. Administração Indireta	8	7	13	28
1.6. Secretários Municipais	3	0	1	4
<b>2. Licitações, Contratos e Convênios</b>	82	83	126	291
<b>3. Atos de Administração de Pessoal</b>	202	212	241	655
<b>4. Adiantamentos</b>	0	0	1	1
<b>5. Inspeções</b>	4	7	20	31
<b>6. Consultas</b>	1	3	0	4
<b>7. Outros</b>	59	53	37	149
<b>TOTAL DO MÊS</b>	<b>891</b>	<b>830</b>	<b>939</b>	<b>2660</b>

Fonte: Gapre



**Gráfico:2**

### Processos Julgados por Origem



Fonte: Sistema Tramita

Dos dados expostos, constata-se também que, no rol dos processos julgados, aqueles referentes a atos de administração de pessoal tiveram um crescimento contínuo ao longo do último trimestre. O resultado apontado, quanto aos processos de Atos de Administração

de Pessoal, ainda é reflexo dos procedimentos adotados no Departamento de Controle de Atos de Administração de Pessoal – DEAPG para dar celeridade nas análises e consequentemente reduzir o estoque daquele setor.



### 2.1.3 Recursos Julgados

Conforme preceitua o Regimento Interno, os gestores podem interpor Recurso contra as decisões exaradas pelo TCE, o que lhe assegura o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

A tabela abaixo reflete que, historicamente, as decisões da Corte são poucos contestadas, considerando que, durante todo o trimestre, foram a julgamento apenas 77 recursos.

**Tabela: 4 Recursos Julgados no Trimestre**

<b>Recursos Julgados no Trimestre</b>			
<b>Período</b>	<b>Administração Estadual</b>	<b>Administração Municipal</b>	<b>Total</b>
Julho	4	26	30
Agosto	5	24	29
Setembro	3	15	18
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>65</b>	<b>77</b>

Fonte: GAPRE

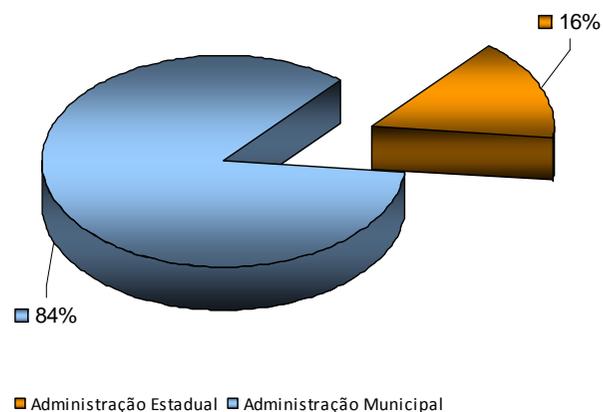
Do total dos recursos julgados pelos órgãos colegiados da Corte, verifica-se que, apenas 16%, são

provenientes da área estadual, conforme ilustrado no Gráfico 3.



**Gráfico:3**

**Recursos Julgados por Origem**



Fonte: Tramita

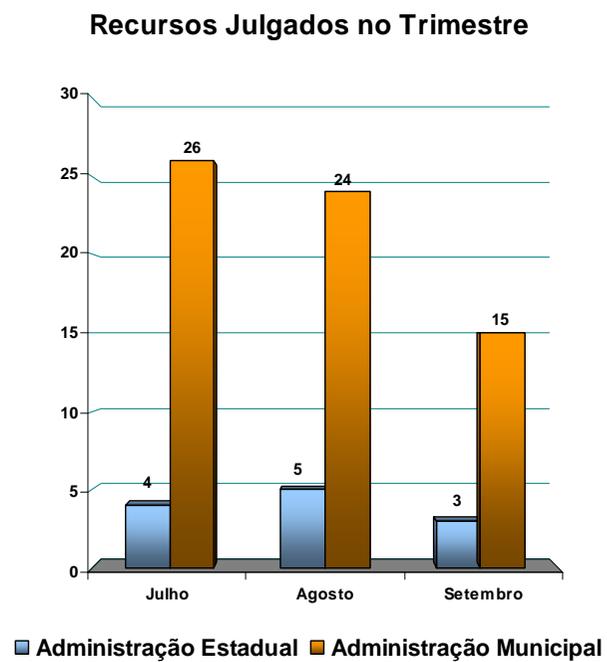
Os resultados obtidos no terceiro trimestre, quanto ao julgamento dos recursos, se apresentam numa linha de crescimento, comparando-se em relação ao resultado apresentado no 2º trimestre. Neste, foram julgados 34 recursos a mais em relação ao resultado anterior.

Apresenta-se ainda no gráfico a seguir, uma visão mensal da evolução dos

recursos julgados durante o trimestre, constatando-se um aumento considerável no mês de julho. Esse mérito também se deve ao grupo do GEA que, por meio do seu processo célere de análise dos recursos, leva os autos de forma mais rápida a sua fase final.



**Gráfico: 4**



Fonte: GAPRE



## 2.1.4 Julgamento / Apreciação de Contas

O julgamento/apreciação das contas dos responsáveis pela guarda, administração ou aplicação de bens e/ou dinheiros públicos obedece ao disposto no Regimento Interno do Tribunal, notadamente nos CAPÍTULOS II, III e IV.

Resumidas nas tabelas e gráficos a seguir, a quantidade de julgados/apreciados e a natureza das decisões – favorável, contrária, regular, irregular – propiciam uma visão crítica desses resultados.

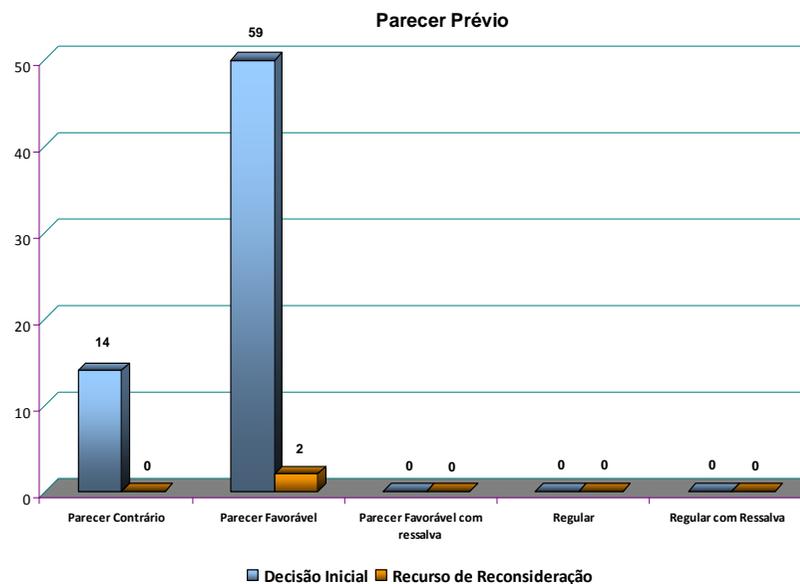
**Tabela: 5 Parecer Prévio – Resultado e Objeto (Julho a Setembro)**

<b>Resultado</b>	<b>Decisão Inicial</b>	<b>Recurso de Reconsideração</b>	<b>Parecer Prévio</b>
Parecer Contrário	14	0	14
Parecer Favorável	59	2	61
Parecer Favorável com ressalva	0	0	0
Regular	0	0	0
Regular com Ressalva	0	0	0
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>2</b>	<b>75</b>

Fonte: Sistema Tramita



**Gráfico:5**



Fonte: Sistema Tramita

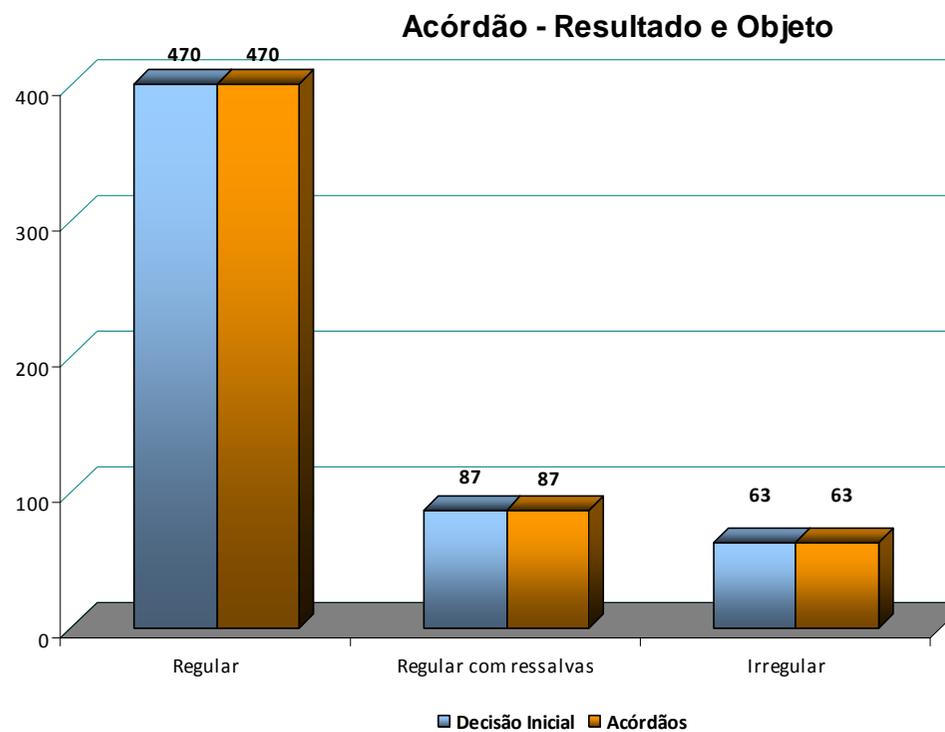
**Tabela: 6 Acórdãos – Resultado e Objeto (Julho a Setembro)**

<b>Julgamento</b>	<b>Acórdãos</b>	<b>Decisão Inicial</b>
Regular	470	470
Regular com ressalvas	87	87
Irregular	63	63
<b>Total</b>	<b>620</b>	<b>620</b>

Fonte: Sistema Tramita



**Gráfico: 6**



Fonte: Sistema Tramita



**Tabela: 7 Acórdãos – Resultado e Tipo de Jurisdicionado (Julho a Setembro)**

ACÓRDÃOS - RESULTADO E TIPO DE JURISDICIONADO				
ÓRGÃOS	JULGAMENTOS			TOTAL
	REGULAR	REGULAR COM RESSALVAS	IRREGULAR	
Autarquia	68	13	6	87
Câmara Municipal	46	21	8	75
Empresa Pública	2	2	0	4
Fundação	2	0	0	2
Fundo	15	8	5	28
Governo do Estado	0	0	0	0
Órgão	23	1	2	26
Órgão Especial	4	1	0	5
Órgão Independente	5	0	0	5
Prefeitura	218	27	33	278
Secretaria de Estado	42	11	7	60
Sociedade de Economia Mista	45	3	2	50
<b>TOTAL</b>	<b>470</b>	<b>87</b>	<b>63</b>	<b>620</b>

Fonte: Sistema Tramita

### 2.1.5 Corregedoria

A Corregedoria do Tribunal de Contas acompanha o encaminhamento dos Acórdãos e das decisões emanadas pelos seus órgãos deliberativos, cobrando dos gestores públicos, entre Prefeitos e demais responsáveis, o cumprimento das decisões, inclusive no controle das

respectivas manifestações ao Tribunal sobre as providências adotadas nesse sentido.

Foram relacionados, no terceiro trimestre de 2011, **239** responsáveis por desvios de recursos, perfazendo um total



de **209** acórdãos encaminhados ao Ministério Público para cobrança executiva, num montante de débito equivalente a **R\$ 9.617.389,49** (nove milhões, seiscentos e dezessete mil, trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos). A Corregedoria analisou ainda **91** processos, acerca da verificação

de cumprimento de decisões, sendo destes **38** por cumprimento integral, **26** por cumprimento parcial e **28** pelo não cumprimento. Registrou-se também **73** pedidos de informações que subsidiaram a emissão de certidões através da Secretaria do Tribunal Pleno.

**Tabela: 8 Acórdãos Remetidos ao Ministério Público Estadual**

Acórdãos Remetidos ao Ministério Público Estadual						
Remessa	Prefeitura	Órgão Estadual	Câmara	Total Ac	Total Responsáveis	Valor (em R\$)
115ª R/Set	117	68	24	209	239	9.617.389,49
3º Trimestre	117	68	24	209	239	9.617.389,49

Fonte: Corregedoria

### 2.1.6 Consultas

O Art. 174 do Regimento Interno estabelece que o Tribunal de Contas decidirá sobre consultas quanto a dúvidas de natureza interpretativa do direito em tese, suscitadas na aplicação de

dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência. De julho a setembro de 2011, o TCE respondeu **20** consultas, conforme discriminado abaixo.



**Tabela: 9 Consultas respondidas pelo TCE**

<b>Formas de Resposta</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>3º Trimestre</b>
Respondidas pelo Tribunal Pleno	2	3	0	5
Respondidas Administrativamente	0	10	5	15
<b>Total de Consultas Respondidas Pelo TCE</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>20</b>

Fonte: GAPRE

### **2.1.7 Denúncias**

Qualquer cidadão, partido político, associação legalmente instituída ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, na forma do Regimento Interno RN-TC - Nº 10/2010.

É julgada como PROCEDENTE, PROCEDENTE EM PARTE ou

IMPROCEDENTE, nos termos do Regimento Interno, pelo órgão colegiado competente, a denúncia que observe os requisitos exigidos e que tenha sua instrução processual finalizada. No trimestre, no que se refere a denúncias e representações, temos a situação abaixo detalhada:



**Tabela: 10 Denúncias e Representações**

<b>Quantidade de Denúncias Protocolizadas e Julgadas</b>					
	Denúncia		Representação		Total
	Documento	Processo	Documento	Processo	
<b>Protocolizadas</b>	88	39	5	2	134
<b>Julgadas</b>	33		5		38

Fonte: Sistema Tramita

### 2.1.8 Bloqueio de Prefeituras e Câmaras

No terceiro trimestre, a remessa tardia de balancetes mensais ao exame do TCE resultou no bloqueio das contas bancárias **04** Prefeituras Municipais.

Trata-se de providência que, legalmente amparada, leva os

retardatários à correção imediata da falha para os gestores.

Neste período, ocorreram bloqueios nas contas das prefeituras relacionadas na tabela abaixo.

**Tabela: 11 Bloqueio de Prefeituras, Câmaras**

<b>Entidade</b>	<b>Jurisdicionado</b>	<b>Total</b>
<b>Prefeituras Municipais</b>	Ingá, Marcação Santa Inês e Catingueira	<b>4</b>

Fonte: GAPRE



### 2.1.9 Fiscalizações

Os Departamentos da Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI, unidade técnica da Corte, o Programa VOCÊ - Voluntários do Controle Externo promoveram, no período, 135 inspeções *in*

*loco*, em órgãos ou entidades das administrações direta e indireta do Estado e dos Municípios, com o escopo de instruir processos das mais diversas naturezas.

**Tabela: 12 Inspeções *in loco* por Setores**

<b>SETORES</b>	<b>Julho a Setembro</b>	<b>%</b>
Departamento de Auditoria da Gestão Municipal I - DEAGM I	<b>25</b>	19%
Departamento de Auditoria da Gestão Municipal II - DEAGM II	<b>17</b>	13%
Departamento de Auditoria de Licitações, Contratos e Obras Públicas - DECOP	<b>37</b>	27%
Departamento de Auditoria da Gestão Estadual - DEAGE	<b>39</b>	29%
Departamento de Auditoria de Atos de Pessoa e Gestão Previdenciária - DEAPG	<b>6</b>	4%
INSPEÇÃO ESPECIAL/AUD. OPERACIONAL	<b>11</b>	8%
PROGRAMA VOCÊ	<b>0</b>	0%
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>	<b>100%</b>

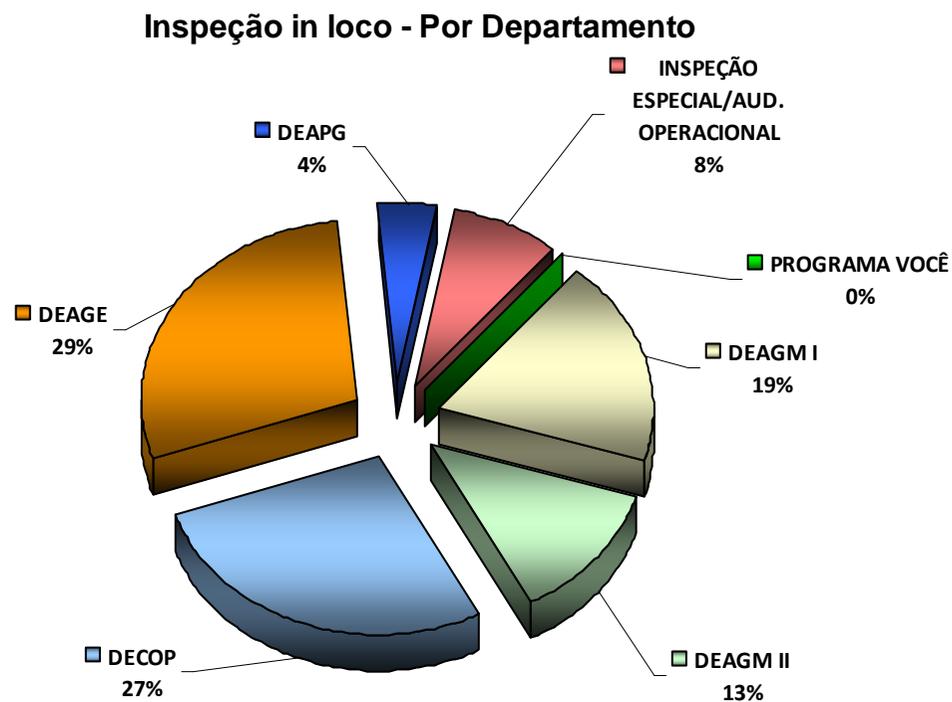
Fonte: DIAFI



O gráfico apresentado abaixo demonstra que, do total das inspeções realizadas, 29% foram originadas do

Departamento de Auditoria da Gestão Estadual.

**Gráfico: 7**



Fonte: DIAFI

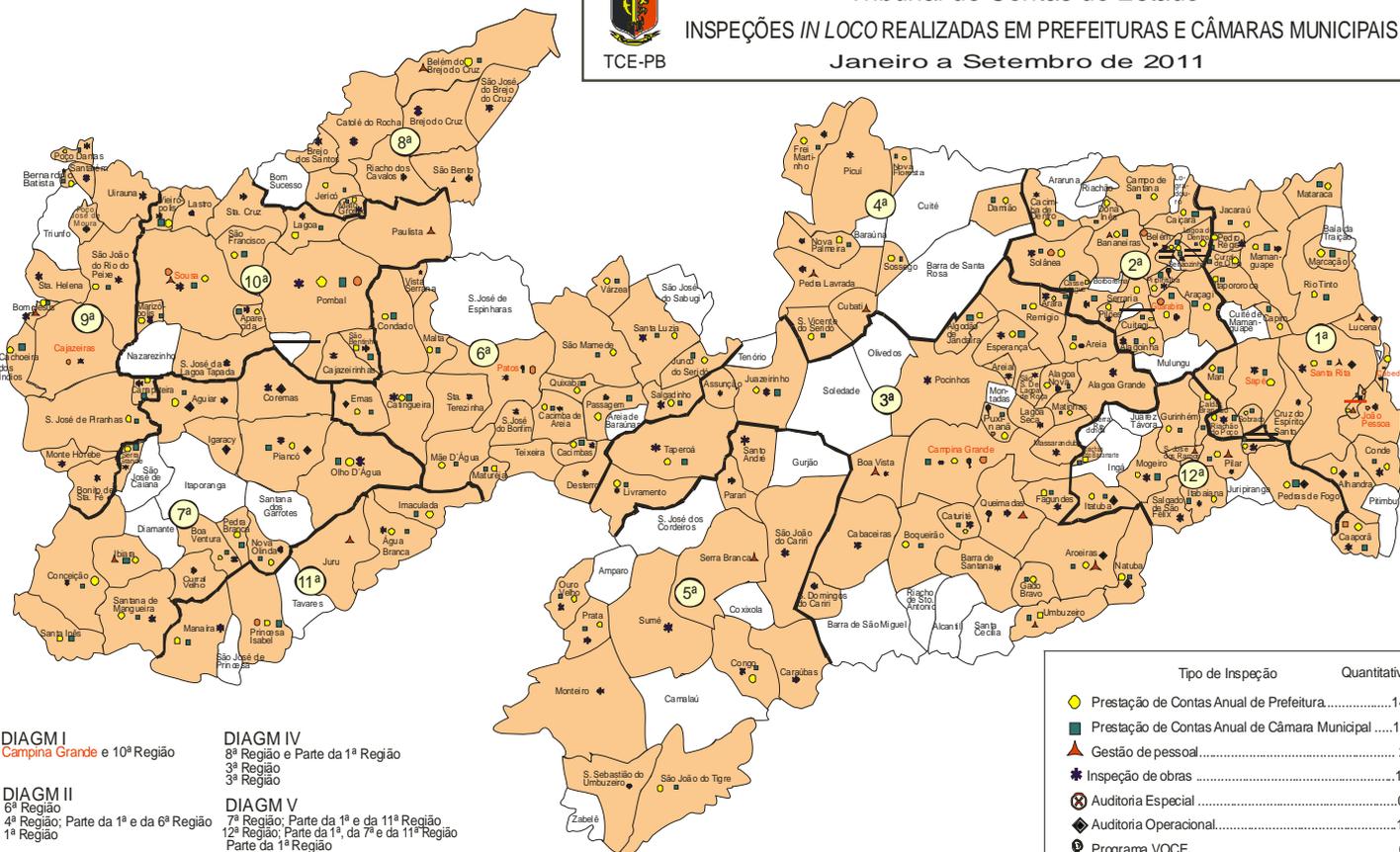


## Inspeções *in loco* realizadas em Prefeitura e Câmaras Municipais



TCE-PB

Tribunal de Contas do Estado  
**INSPEÇÕES *IN LOCO* REALIZADAS EM PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS**  
 Janeiro a Setembro de 2011



**DIAGM I**  
 Campina Grande e 10ª Região

**DIAGM II**  
 6ª Região  
 4ª Região; Parte da 1ª e da 6ª Região  
 1ª Região

**DIAGM III**  
 9ª Região e Parte da 1ª Região  
 2ª Região

**DIAGM IV**  
 8ª Região e Parte da 1ª Região  
 3ª Região  
 3ª Região

**DIAGM V**  
 7ª Região; Parte da 1ª e da 11ª Região  
 12ª Região; Parte da 1ª, da 7ª e da 11ª Região  
 Parte da 1ª Região

**DIAGM VI**  
 João Pessoa e 5ª Região  
 Parte da 5ª Região

Tipo de Inspeção	Quantitativo
Prestação de Contas Anual de Prefeitura.....	142
Prestação de Contas Anual de Câmara Municipal.....	138
Gestão de pessoal.....	24
Inspeção de obras.....	172
Auditoria Especial.....	00
Auditoria Operacional.....	11
Programa VOCE.....	08
Licitações/Contratos/Estadual.....	16
Total de inspeções <i>in loco</i> realizadas:.....	
511	
Total de municípios inspecionados: 179	



### 3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

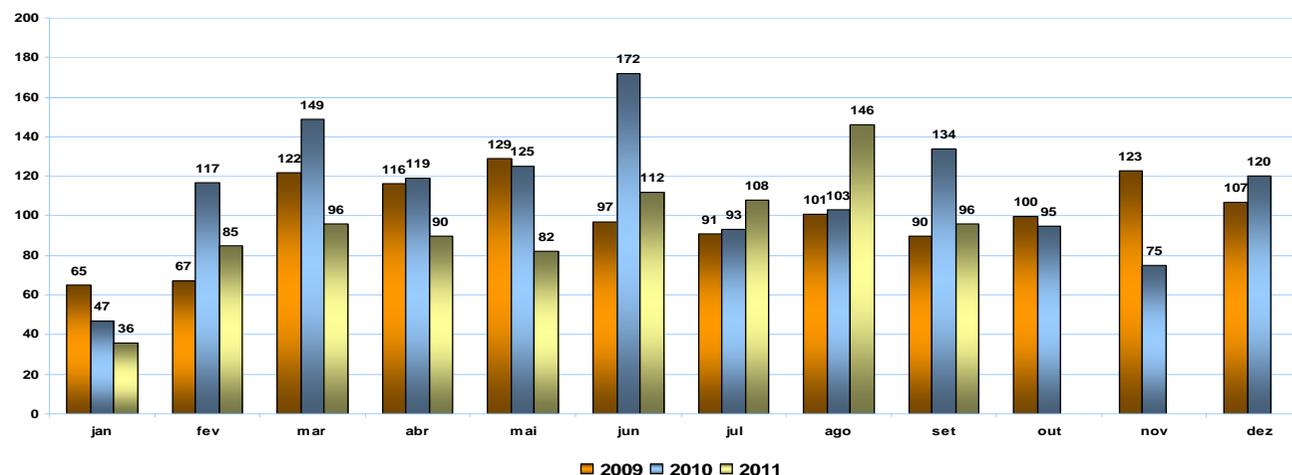
#### 3.1 Gestão à Vista

Trata-se de uma ferramenta introduzida pela atual Presidência da Corte com o objetivo de estreitar a comunicação organizacional e transmitir maior conhecimento dos resultados do trabalho produzido pelo TCE-PB, além de iniciar um processo de envolvimento e

participação de todos os servidores em busca da melhoria da qualidade.

Os Gráficos seguintes refletem os resultados alcançados e servem como incentivo para o alcance das metas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

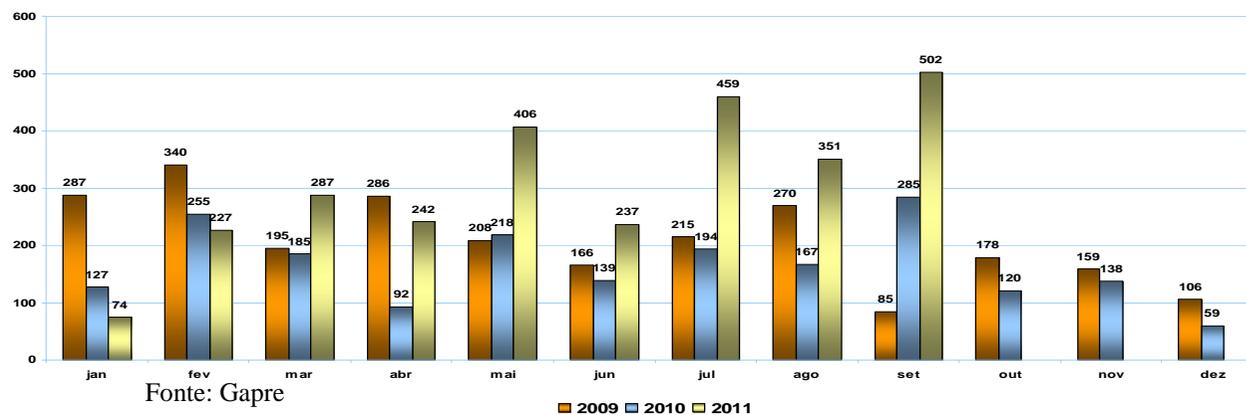
**Gráfico:08 PROCESSOS JULGADOS NO PLENO EM 2009/2010/2011**



Fonte: Gapre

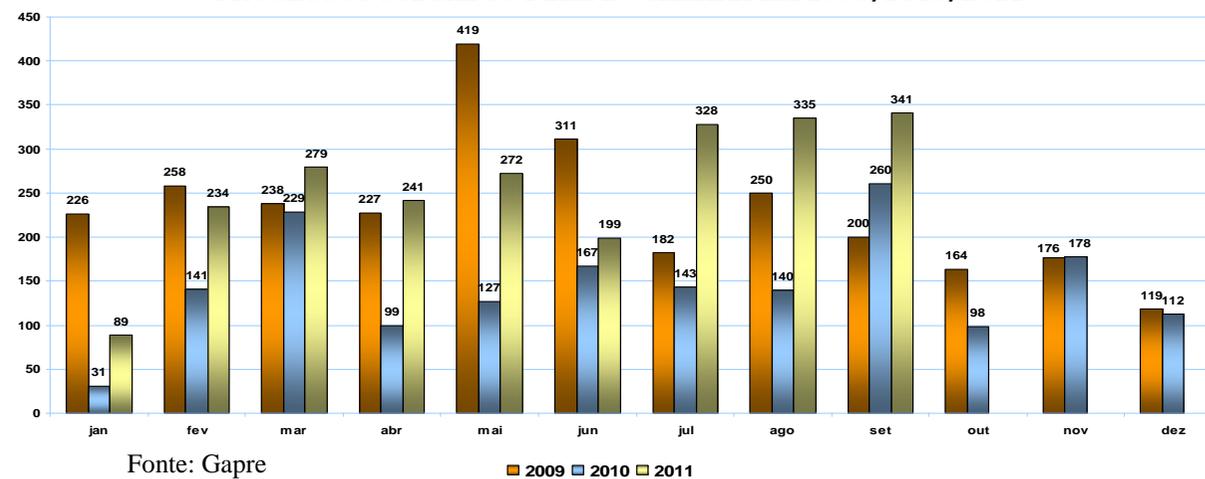


**Gráfico:09** PROCESSOS JULGADOS PELA 1ª CÂMARA EM 2009/2010/2011



**Gráfico:10**

PROCESSOS JULGADOS PELA 2ª CÂMARA EM 2009/2010/2011





Os resultados apresentados fazem um comparativo dos últimos dois exercícios em relação ao atual, abordando a produção de julgamento de processos do Tribunal Pleno, bem como da 1ª e da 2ª Câmaras. A divulgação dos resultados reflete o pleno

conhecimento da alta administração da necessidade de introdução de melhorias nos métodos de trabalho e de controle. A ideia é que, a partir do conhecimento dos problemas, seja possível caminhar para a solução.

## **3.2 Ações e Eventos Relevantes**

### **3.2.1 Seminário Contratações no Serviço Público**

O Auditorio da Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Arte, desta Capital, foi palco de mais um grande evento promovido pelo Tribunal de Contas da Paraíba. O Seminário sobre Contratação no Serviço Público teve como objetivo capacitar os gestores paraibanos para a contratação de serviços de publicidade, bem como de servidores para os programas federais temporários. O evento contou com os palestrantes: Profª Dra. Cristiana Fortini, da UFMG, que discorreu sobre o tema: “Contratação Temporária de Pessoal para Programas

Federais” e o Profº. Dr. Carlos Pinto Coelho, que falou sobre “Contratação de Publicidade e Propaganda pela Administração Pública”.

Prestigiaram o evento 455 participantes, dentre eles, gestores municipais, estaduais e federais, publicitários e advogados, além de um número expressivo de servidores da Corte, resultado que demonstra o interesse da equipe técnica do TCE pela busca de capacitação quanto a temas polêmicos no âmbito do controle e da fiscalização.



### 3.2.2 Seminário Sobre Saúde Pública no Brasil

Outro evento de grande relevância ocorreu no mês de agosto, no Auditório Sérgio Bernardes, no Hotel Tambaú. O Seminário Sobre Saúde Pública no Brasil - Problemas e Soluções, levou a discussão a Saúde Pública na Paraíba. O Prof. Dr. José Gomes Temporão, ex-Ministro da Saúde, foi o conferencista.

Outras autoridades ligadas à área da saúde da Paraíba tiveram a oportunidade de apresentar painéis abordando os seguintes temas:

- A Saúde Pública na Paraíba sob a Ótica do CRM
- A Judicialização da Saúde
- Relações Trabalhistas no âmbito da Saúde Pública

- Atendimento e Acesso aos Serviços Hospitalares
- O Papel do Estado na Programação Pactuada Integrada da Saúde
- A Contratação de Profissionais Para PSF
- O Papel do Município na Concreção do Direito Fundamental à Saúde
- O Referenciamento e a Compensação

Através do evento, a Presidência visou fundamentar o posicionamento da Corte acerca das aplicações em ações e serviços públicos de saúde, despesa condicionada prevista constitucionalmente.



### **3.2.3 I Encontro Técnico dos TCs Sobre Processo Eletrônico e Contas do Governo**

O TCE reuniu nos dias 29 e 30 de agosto, 20 Tribunais de Contas e cerca de 150 técnicos no Auditório Ministro João Agripino Filho, na sede da Corte. Abriu o evento a palestra proferida pelo Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação-Max, Sr. Frederico Feitosa Guedes Pereira, ocasião em que apresentou a experiência do Processo Eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Em seguida, falaram os Srs. Mauro Giacondo e Rainério Rodrigues Leite, Secretário de Soluções de Tecnologia da Informação e Secretário Adjunto de Soluções de Sistemas Corporativos do Tribunal de Contas da União, respectivamente. Na sequência, houve a divisão dos participantes em dois grupos de trabalho, para discutir o Processo Eletrônico, visando, sobretudo, o intercâmbio entre membros e técnicos envolvidos em sistemas de processamento de matérias de competências dos TC's.

O Grupo de Contas de Governo foi formado por representantes de vinte e um Tribunais de Contas que compartilharam experiências em relação aos sistemas utilizados para a elaboração do relatório. Com este foco, 46 técnicos se dedicaram às discussões e 32 a elaboração de relatório das contas de prefeitos municipais. Experiências e troca de informações foram apresentadas quanto ao armazenamento de informações inerentes à instrução dos referidos procedimentos. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi o responsável por expor seu conhecimento no exame das contas dos municípios.

Os resultados obtidos quanto ao tema Processo Eletrônico serão submetidos ao PROMOEX, para isso, foi criada uma comissão que ficará responsável por propor diretrizes de implantação do processo eletrônico no âmbito do Promoex.



A disponibilização de dados entre os Tribunais de Contas e a necessidade de se definir meios para divulgação de

informações sobre Contas do Governo, foi o entendimento do grupo de trabalho que tratou do segundo tema.

### **3.3. Sistema de Geo-referenciamento de Obras**

Diversas unidades gestoras participaram da apresentação do Sistema de Geo-referenciamento de Obras, novo programa instituído pelo Tribunal de Contas que deverá facilitar a análise de

obras e impedir os eventuais dolos que possam ocorrer. O sistema foi apresentado pela equipe da Assessoria Técnica da Corte, sendo coordenado pelo Assessor Técnico Chefe Ed Wilson de Santana.

#### **3.3.1 Capacitação e Especialização de Educação Municipal**

O TCE reuniu no mês de setembro 39 dentre Prefeitos Secretário de Educação Municipal para discutir sobre a capacitação e especialização tele-presencial em Gestão Pública para servidores municipais e estaduais.

O Curso está previsto para iniciar em fevereiro de 2012 e integra a lista de mais uma ação da Corte que visa levar conhecimento e capacitação à aqueles que atuam diretamente nas prestação de contas.



### 3.3.2 Outros eventos

O TCE promove eventos e/ou recebe, frequentemente, convites para que seus membros e servidores participem de congressos, cursos, seminários, encontros e eventos de diversas naturezas promovidos por instituições públicas ou

privadas, como promotores, expositores, palestrantes, instrutores, membros de mesa diretoras ou homenageados, ou aproveitando o ensejo para reciclagem e adição de conhecimentos, conforme destacado na tabela 13.

**Tabela: 13**

EVENTO	LOCAL/DATA	PARTICIPANTES	CONDIÇÃO
Sessão solene de posse do Promotor de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Vale	Cine Bangüê do Espaço Cultural 29/8/2011	Cons. Arthur Paredes Cunha Lima	Representando
Encontro de Imprensas oficiais, o Cons. Pres. Fernando Catão, participou como palestrante sobre o tema: “Transparência dos atos de Gestão”	Auditório do Hotel Hardman 23/9/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão	Presidente (Palestrante)
II Encontro de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas	Auditório do TCE – Rio de Janeiro 10 a 12/08/2011	Cons. Arnóbio Alves Viana	Representando
VII Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública	Rio de Janeiro 11 e 12/08/2011	Cons. Arnóbio Alves Viana	Representando

Fonte: Cerimonial



### 3.3.3 Ouvidoria

A Ouvidoria do TCE foi instituída em dezembro de 2006, e representa mais um meio de que se utiliza o TCE para, funcionando em diferentes aspectos, assegurar a celeridade no atendimento das sugestões e críticas, no tratamento das informações e na apuração das reclamações recebidas pela Corte. A Ouvidoria do TCE/PB tem por finalidade manter um canal de comunicação entre o cidadão e o TCE.

Nos termos dos arts. 171 a 175 do Regimento Interno, cabe à Ouvidoria receber a denúncia, reclamação, sugestão, solicitação, elogio, crítica e outros, dando-lhes o devido encaminhamento, conforme

o caso. Nesse sentido, registrou nos três primeiros meses **356** procedimentos. Destes, **28%** corresponderam a exame de admissibilidade de denúncias recebidas na Corte, as quais foram convertidas em **99** processos distintos para apuração em conjunto ou em separado das respectivas prestações de contas anuais, conforme apresentado na tabela 14.

Registre-se que todas as demandas recebidas pela Ouvidoria foram devidamente analisadas, respondidas ou encaminhadas aos órgãos e setores competentes, garantindo a eficiência e eficácia do órgão.



**Tabela: 14**

<b>Procedimentos registrados na Ouvidoria</b>			
<b>(Julho a Setembro 2011)</b>			
<b>Natureza</b>	<b>Objeto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
1) Documentos (recebidos)	Denúncia	101	28%
2) Relatório de Admissibilidade	Denúncia	99	28%
3) Outras de mandas			0%
	3.1 E-mails recebidos	61	17%
	3.2 Atendimento (presencial)	32	9%
	3.2 Atendimento (telefone)	63	18%
<b>Total</b>		<b>356</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ouvidoria

### **3.4 Divulgação Institucional**

#### **3.4.1 Transparência**

A transparência é um dos valores definidos no atual Plano Estratégico e sistematicamente observado por esta Casa, haja vista os diferentes canais de comunicação interna e externa de que tem se valido.

Na WEB desde 1998, o Tribunal mantém portal onde divulga seus procedimentos, informações e dados

acerca da gestão pública estadual e municipal paraibanas, além de normas – internas e externas – que condicionam a atuação do gestor público, além das diligências que serão realizadas na semana.

No Portal - <http://www.tce.pb.gov.br> -, são disponibilizados, entre outros serviços:



- o SAGRES ON LINE, através do qual todo cidadão pode acompanhar e avaliar os atos dos gestores públicos, acessando as informações sobre a execução orçamentária e financeira das Administrações Direta e Indireta Estadual, Prefeituras Municipais, bem como de todas as Câmaras de Vereadores. Os dados são ali disponibilizados da forma como são recebidos pelo TCE, sem qualquer juízo emitido pelo Tribunal;

- a CONSULTA DE PROCESSOS, que permite a cada um dos 627 organismos públicos sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado acompanhar a tramitação dos seus processos por meio de consulta à Internet, bastando, para isso, clicar no link;

- o ACOMPANHAMENTO DOS ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, disponível aos interessados, que poderão verificar os estágios da tramitação, informando-se da data de entrada de determinado processo, por quais

setores já tramitou e qual é seu relator;

- o DIÁRIO ELETRÔNICO, periódico onde os prefeitos e presidentes de Câmaras de Vereadores dos 223 municípios paraibanos poderão, inclusive, dispor de espaço para as publicações exigidas por lei, sem custo para os municípios.

A transmissão das Sessões Plenárias às quartas-feiras, pela internet, representa um grande avanço para a sociedade, pois através desse serviço não só o gestor pode acompanhar a apreciação de suas contas, como também o cidadão tem acesso a informações que antes não lhe eram asseguradas. Outro ganho para os gestores é a disponibilização das pautas e notificações para as Sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras. O Portal disponibiliza ainda as Atas das Sessões, os Relatórios de Gestão Fiscal do TCE e seus balancetes, divulgando, através dos relatórios trimestrais e anuais todas as ações técnicas e administrativas realizadas nos períodos.



Visando divulgar de maneira transparente as ações institucionais, o TCE dispõe de canais de informação voltados para os públicos interno e externo.

Todos os setores do Tribunal recebem a “Caixa de Notícias”, pela INTRANET. Seu conteúdo é atualizado diariamente e versa, basicamente, sobre assuntos institucionais, fazendo prevalecer o preceito de que a boa comunicação começa internamente.

Além disso, o Tribunal utiliza-se de murais e das mídias (jornais, revistas, rádio, televisão e boletins *on line*) para

#### **4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**

A gestão administrativa é responsável pela implementação de atividades orçamentárias, financeiras, pessoais, materiais, patrimoniais, transportes, serviços gerais e expediente

disseminar fatos e notícias sobre suas ações, motivando seus quadros funcionais e o público externo.

Muitas vezes, é através da Assessoria de Comunicação que o TCE, pautado pelos princípios da transparência e da publicidade, difunde suas decisões e expedientes normativos de caráter pedagógico, orientando os gestores e, conseqüentemente, a sociedade em geral da melhor utilização dos recursos públicos.

interno, somando-se ao principal objetivo de auxiliar o TCE no cumprimento da sua finalidade e no desempenho de suas competências. Neste aspecto, merecem destaque os seguintes itens:



## 4.1. Movimentação de Recursos



Tribunal de Contas do Estado  
 Diretoria de Apoio Interno  
 Departamento de Recursos Humanos e Financeiros  
 Divisão de Orçamento e Finanças

**BALANCETE**

Referência: 1º de janeiro a 30 de setembro 2011.

RECEITA		DESPESA		VALOR (R\$)	TOTAL
Transferências Recebidas /SIAFI	63.488.125,96	Despesas Correntes			
Transferências Recebidas-Convênio-PROMOEX	0,00	Despesas de Custeio			
		3190.11.00 - Venc.e vant fixas -Pessoal Civil	42.876.118,20		
		3190.13.01-Obrigações Patronais (INSS)	364.610,27		
		3191.13.00 - Obrigações Patronais (PBPREV)	8.089.999,17		
		3190.92.00 - Despesas de Exerc.Anteriores	1.810.620,03		
		3390.08.00 - Outros benefícios assistenciais	915.575,04		
		3390.14.00 - Diárias	451.002,50		
		3190.16.00 - Outras despesas variáveis	0,00		
		3390.30.00 - Material de Consumo	274.567,30		
		3390.32.00 - Material p/Distr. Gratuita	14.129,55		
		3390.33.00 - Despesas com locomoção	146.483,09		
		3390.35.00 - Serviços de Consultoria	0,00		
		3390.36.00 - Outros serviços terceiros - PF	282.518,16		
		3390.37.00 - Locação de mão de obra	865.455,38		
		3390.39.00 - Outros serviços terceiros - PJ	2.054.899,16		
		3390.39.58 - Outros serviços terceiros - PJ	0,00		
		3391.39.00 - Outros serviços de terceiros -PJ	12.201,98		
		3390.46.00 - Auxílio Alimentação	2.971.840,02		
		3390.47.00 - Obrig. Trib. E Contributivas	24.720,25		
		3390.49.00 - Auxílio Transporte	71.885,36		
		3390.93.00 - Indenizações e Restituições	493.281,86		
		3390.92.00 - Despesas de Exerc.Anteriores	216.968,08		
<b>Receitas extra-orçamentárias</b>					<b>61.936.875,40</b>
Restos a Pagar- TESOURO	134.951,14				
Restos a Pagar - Outras	625.457,24				
		<b>Despesas de Capital</b>			
		4490.51.00 - Obras e Instalações	0,00		
		4490.52.00 - Equip. e Material Permanente	518.107,13		
		4490.52.58 - Equip. e Material Permanente	0,00		<b>62.454.982,53</b>
		<b>Despesas extra-orçamentárias</b>			
		Restos a pagar -TESOURO	134.951,14		
		Restos a pagar-Outras	625.457,24		
		<b>Disponibilidade financeira (TCE)</b>	1.033.143,43		
		<b>Disponibilidade financeira-Convênio-PROMOEX</b>	0,00		
Conta Gestão	0,00				
<b>Total ++++++</b>	<b>64.248.534,34</b>	<b>Total ++++++</b>	<b>64.248.534,34</b>		

Fonte: Difin

O Demonstrativo apresenta um resumo da movimentação financeira do

Tribunal no período de julho a setembro de 2011.



Regularmente, o Tribunal envia o balancete correspondente à Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado. No terceiro

trimestre de 2011, os referidos instrumentos foram encaminhados mediante os Ofícios TCE-GAPRE 0696 e 0697/2011.

## 4.2 Estagiários

O Tribunal de Contas mantém o programa de estágios para estudantes de cursos acadêmicos, ação que vem contribuindo para a celeridade dos serviços na área administrativa, na auditoria e, ainda, no campo jurídico. Resultam, igualmente, dessa iniciativa benefícios evidentes para a formação profissional dos próprios estudantes.

O investimento na manutenção do programa de estágios é uma das ações para a qual o TCE vem dispensando tratamento especial, por se tratar de uma contribuição ao aprendizado daqueles que, futuramente, podem ocupar postos de comando nas esferas política e administrativa do País. Os estágios, antes disso, fazem parte do conjunto orgânico

que é a universidade. Servem, portanto, aos principais artífices do processo de ensino-aprendizagem, questão que diz respeito ao aluno e ao professor.

Os estagiários recebem um valor de **R\$ 591,20**, que compreende bolsa de estudos e vale-transporte, possuem seguro de acidentes e, em contrapartida, cumprem carga de 20 horas semanais, das 14 às 18 horas. Cada estágio, com duração de 12 meses, pode ser prorrogável, uma única vez, por idêntico período.

Atualmente, cumprem estágios no Tribunal de Contas **23** estudantes: **04** da Área Contábil, **9** da Área Jurídica, **01** Biblioteconomia, **05** de Arquivologia e **04** Ciências Econômicas



### **4.3 Gestão Eletrônica de Documentos – GED**

A Gestão Eletrônica de Documentos – GED, converteu em arquivo eletrônico 3.292 documentos de diversas naturezas, somando um total de 111.529 páginas digitalizadas. O trabalho é realizado com o apoio de cinco estagiários de arquivologia e dois servidores, o que motivou a aquisição de 8 scanners.

A GED foi instituída a partir da necessidade de gerenciar a manutenção e

a eficácia do processo eletrônico, visando assegurar aos usuários acesso rápido e preciso na localização de documentos. Coube ao setor promover a elaboração das normas e procedimentos de controle de arquivamento de documentos físicos e eletrônicos e a conversão em codificação computacional de documentação física em eletrônica-digitalização, para permitir a inserção no sistema TRAMITA dos documentos digitalizados e eletrônicos.

### **4.4 ECOSIL – Escola de Contas Otacílio Silveira**

O Projeto Pedagógico da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira – ECOSIL foi normatizado através da Resolução Administrativa – RA – TC 10/2009 e tem como principal objetivo estabelecer a identidade e as diretrizes pedagógicas da educação corporativa da Corte.

Nesse sentido, visa identificar as necessidades do corpo de servidores e definir as prioridades de treinamentos e ações necessárias para a capacitação interna e o aperfeiçoamento da gestão pública.

Sete servidores do TCE participam do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Gestão das



Organizações Aprendentes, proveniente de convênio com a UFPB.

Além dos cursos de pós-graduação em gestão previdenciária e de graduação em administração pública, o primeiro em parceria com o UNIPÊ e o segundo mediante convênio com a UFPB, a Escola promoveu ainda no trimestre os treinamentos e palestras: Curso do PCGP: Licitações, Contratos e Convênios (Ilha

do Aprender); PCGP: SAGRES; PCGP: Gestão Previdenciária I; PCGP: Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial; PCGP: Licitações e Contratos. E ainda os Cursos sobre Renda Variável em Previdência Pública e Aplicação do Geoprocessamento na Auditoria, proferidos pelos instrutores Luiz e Pedro Coelho Teixeira Cavalcanti).

## **4.5 Serviços na Área de Saúde**

### **4.5.1 Setor Médico**

O Serviço Médico mantém, sem interrupção, o cronograma de trabalho, com o atendimento a servidores do TCE e seus dependentes em Consultório e Sala de Enfermagem a que não faltam

instrumentos básicos para o atendimento emergencial. De julho a setembro, foram realizados atendimentos médicos e de enfermagem e promovidas campanhas de saúde, descritos a seguir:



## 1. Atendimentos médicos e de enfermagem:

**Tabela: 15**

<b>Atendimentos médicos e de enfermagem</b>	
Consultas médicas	385
Verificação de pressão arterial	300
Verificação de temperatura	7
Curativos	50
Injeção	11
Nebulização	8
Retirada de pontos	1
Retirada de corpo estranho	1
Instilação ocular	2
Terapia com frio	2
Glicemia capilar	10
<b>Total</b>	<b>777</b>

Fonte: Setor Médico

## 2. Campanhas de Saúde:

**Tabela: 16**

<b>Campanhas de Saúde</b>	<b>Data</b>	<b>Participações</b>
Campanha de prevenção ao diabetes	30/set	99
<b>Total</b>		<b>99</b>

Fonte: Setor Médico



O TCE se antecipa, e no mês de setembro investe na campanha contra ao Diabetes Mellitus. A iniciativa visou contemplar O “Dia Mundial de Combate ao Diabetes” celebrado em 14 de novembro.

Ao todo, 99 servidores realizaram o teste de glicemia capilar, ocasião em que

a equipe do Setor Médico, fez a distribuição de folhetos explicativos sobre prevenção da doença, tendo como objetivo principal o incentivo à mudança de hábitos, ação que gera a redução dos seus efeitos.

#### **4.5.2. Gabinete Odontológico**

A qualidade de vida de seus servidores tem sido prioridade da alta administração. Neste aspecto, atua o gabinete odontológico instalado na sede da Corte, que atende, rotineiramente, servidores e seus dependentes, estagiários,

terceirizados e militares que fazem a segurança. Neste trimestre, foram atendidos 256 funcionários, 332 dependentes e 63 integrantes dos demais grupos.



## Atendimentos a pacientes e procedimentos executados pelo Gabinete Odontológico

Tabela: 17

Período	Atendimento	
	Pacientes	Procedimentos Executados
Julho	219	385
Agosto	252	441
Setembro	180	394
<b>Total</b>	<b>651</b>	<b>1.220</b>

Fonte: Gabinete Odontológico

## 5. VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR

### 5.1 Curso de Gerenciamento de Projetos

O TCE tem investido constantemente na capacitação dos seus servidores visando aumentar a capacidade de gestão e promover o desenvolvimento da instituição, de forma a torná-la mais ágil e eficiente e garantindo a qualidade

das suas funções previstas constitucionalmente.

Para capacitar os servidores na área de projetos, a Corte promoveu no período de 18 a 21/07, o Curso de Gerenciamento de Projetos, Ministrado pelo Prof. Doutor Giovani Souza Filho, o



curso capacitou 31 servidores na área de conhecimento sobre a gestão estratégica com foco nos projetos de gestão da Corte.

Como resultado, foram apresentados minutas de projetos elaborados pelos participantes que integraram cinco grupos de estudos.

## **5.2 II Encontro Nacional dos Corais dos Tribunais de Contas**

O Coral do TCE-PB representado por 24 membros, dentre servidores e músicos, se fez presente no II Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, evento ocorrido em Goiânia-GO, no período de 01 a 03 de setembro.

Sob a regência do Maestro João Alberto Gurgel a Paraíba foi bem representada graças ao total apoio da Alta Administração que, para viabilizar a participação dos servidores, disponibilizou passagens aéreas, hospedagem e traslado.

## **5.3 III Encontro Esportivo dos Tribunais de Contas do Nordeste do Brasil**

O evento ocorreu na cidade de Fortaleza-CE em setembro, onde foram disputadas 21 modalidades esportivas.

A delegação do Tribunal de Contas da Paraíba participou do evento com um número reduzido de componentes, obtendo destaque mesmo com a ausência de alguns atletas, colegas de valioso potencial.

O resultado coroou o TCE-PB com o 2º lugar geral dentre as 8 delegações participantes, ressalte-se que com uma diferença mínima de pontuação em relação a delegação campeã do TCE-Maranhão.

Este resultado é fruto do comprometimento, dedicação e



responsabilidade daqueles que defenderam a Instituição nas disputas.

Merece destaque, também, as palestras proferidas no evento pelo Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho, membro do TCE-PB, que discorreu

sobre o tema: “O Processo Eletrônico no Tribunal de Contas” e pelo Sargento F. Souza, que falou sobre “Medidas de Segurança Pessoal”, este integrante da Assessoria de Segurança do Tribunal de Contas da Paraíba.

**\*Para consulta às Resoluções Normativas acima, visite o “site” do Tribunal -[www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br) - e clique nos links Legislação/Atos Normativos.**